

O QUE É NOSSO NINGUÉM TIRA!



CAMPANHA SALARIAL 2016

Oficina ocorreu nos dias 18 e 19 de fevereiro. Dirigentes construíram as diretrizes para a CS deste ano

Nos últimos dias 18 e 19 de fevereiro, o Sinergia CUT realizou em Campinas a Oficina da Campanha Salarial dos trabalhadores energéticos do estado de SP. Os dirigentes participantes discutiram a conjuntura, as estratégias e o funcionamento de toda a Campanha. O resultado da pesquisa aplicada no final do ano passado foi apresentado durante a atividade, colaborando significativamente para a definição da estratégia de luta.

Com as palestras e os debates ocorridos, ficou muito claro: o Brasil passa por uma crise política, econômica e social e os direitos trabalhistas e sociais correm risco, estando na mira dos representantes da classe dominante. E é preciso retomar

o desenvolvimento do país e encontrar uma saída para a economia brasileira.

É nessa dura realidade que ocorre mais uma Campanha Salarial da categoria energética. Por isso mesmo, a direção do Sindicato definiu como foco da luta neste ano de 2016 a garantia do emprego, salário/renda e manutenção das conquistas e direitos já existentes.

Para que ninguém ouse tirar nosso emprego, nossos benefícios, nossas conquistas históricas, nossa saúde, nossa vida!

Porque... "O QUE É NOSSO NINGUÉM TIRA!"

Aqui, a CS já começou

Pelos próximos 10 meses, o Sinergia CUT ne-

gociará com cerca de 60 empresas o ACT dos trabalhadores. Nas energéticas com data-base em março, as pautas de reivindicações já foram construídas junto à categoria e entregues à maior parte das empresas. Envolve-se em todo processo negociacional. Afinal, pelo que a história conta, essa será uma das Campanhas Salariais mais difíceis dos últimos tempos. E a categoria precisará de muita união e disposição de luta para sair vitoriosa. Unidos na mesma convicção: o que é nosso ninguém tira!

Confira mais sobre a Oficina e negociações da CS 2016 na página 03

Ainda nesta edição

Fundação Cesp: baixo rendimento em 2015

Diretor da Funcesp admite: marcação a mercado trouxe prejuízo nos resultados

Página 02

AES Tietê sob nova direção...

Reestruturação atingiu empresas da AES no Brasil

Página 03

Colapso no setor elétrico em São Paulo

Quase dois anos após privatização, CESP é multada em R\$ 5,385 milhões

Página 04

ACONTECEU

Dica do Jurídico:
Peri da Cesp
Processo 3055/1994

O processo movido pelo Stieec contra a Cesp e outras visando o pagamento das diferenças do adicional de periculosidade continua com perito para finalizar o laudo pericial. Apesar do prazo vencido em 14/12/2015, o mesmo alega que, em função do grande volume de documentos e de cálculos a serem elaborados, houve um atraso, mas está finalizado e entregará o laudo em breve. Isso já foi comunicado à Juíza que, por sua vez, mostrou-se compreensiva com a situação, mas pediu ao perito para agilizar o trabalho.

A Área Jurídica do Sindicato esclarece que no último dia 25 de fevereiro, por algumas horas, veiculou na página de Consultas e Acompanhamento Processual do TRT 15ª Região uma informação de vencimento de prazo para o perito em 28/03/2016.

Assim que recebemos a notícia fomos até a Secretaria da Vara para verificar se havia sido solicitado pelo perito a renovação do prazo, mas isso não ocorreu. Na verdade, houve um equívoco do funcionário que deveria apenas manter o prazo anterior. Assim, em seguida, houve correção da informação como se pode verificar no próprio site.

O nosso Jurídico está acompanhando diariamente a situação e, assim que tivermos alguma novidade, divulgaremos por todos os meios de comunicação do Sindicato. Compreendemos a ansiedade e aflição dos trabalhadores e estamos fazendo o possível para liquidar este processo.

§
PES 2016 debateu as estratégias do Sindicato



Entre os dias 28 e 29 de janeiro foi realizada a Oficina de Planejamento Estratégico Situacional (PES) em Campinas. Na ocasião foram definidas as diretrizes para o funcionamento e gestão do Sinergia CUT, bem como o planejamento e as prioridades das ações sindicais.

§
Cesp: audiência de conciliação do dissídio coletivo

Aconteceu no dia 16 de fevereiro audiência de conciliação de dissídio coletivo instaurado pelo Sindicato contra a Cesp, realizada no TRT, em Campinas. O representante da empresa (Grupo China Three Gorges) solicitou um prazo para se manifestar, pois não havia tomado conhecimento do processo em virtude do site do Tribunal estar fora do ar. Desta forma, a audiência foi remarçada, sem anuência do Sindicato, para o dia 21 de março. O Sinergia CUT ressalta que enquanto não houver a posição do Tribunal, mantém-se vigente o ACT atual.

Fundação Cesp**Baixo rendimento em 2015**

Bem dissemos: "marcação a mercado traz prejuízos nos resultados da Fundação Cesp". Agora, diretor da Funcesp confirma isso

Apesar de ainda não ter os números oficiais, o diretor de Investimentos da Fundação Cesp, Jorge Simino, já admitiu em entrevista a meios de comunicação que prevê resultado negativo no ano passado,

principalmente por conta da inflação elevada, que impulsionou a meta. A Fundação deve fechar 2015 com 8,5% de rentabilidade diante de uma meta atuarial de 16,65%.

Segundo notícia divulgada em 19 de janeiro passado pela Agência Investidor Online, o diretor da Funcesp afirmou que a Fundação teve dificuldade porque marca tudo a mercado. "As taxas dos títulos públicos abriram, então tivemos problema na marcação a mercado na renda fixa. Na renda variável, apesar de termos pouca aplicação no segmento, foi um ano difícil", disse.

Ainda de acordo com a matéria, Simino admitiu que a Fundação registrará déficit no final do exercício de 2015, mas não quis estimar qual será o tamanho deste déficit.

Alerta dado!

Pois então. Desde 2012 o Sinergia



CUT e os representantes dos trabalhadores vêm alertando a direção da Fundação a respeito dos riscos da marcação a mercado. Inclusive, a questão foi

divulgada nos meios de comunicação do Sindicato, uma vez que esse tipo de gestão de recursos provoca perdas nos rendimentos dos planos. Agora, o prejuízo é real.

Mais uma vez, os fatos comprovam que o Sinergia CUT estava certo: entre os grandes fundos de pensão em que o investimento em títulos do governo federal constituem o maior patrimônio, a Funcesp foi um dos poucos a tomar a decisão de trocar a certeza do rendimento pelas oscilações do mercado.

E aí? Quem vai pagar a conta por uma decisão tomada pela direção da Fundação Cesp sem qualquer participação dos conselheiros representantes dos trabalhadores?

Sempre na defesa dos trabalhadores, o Sinergia CUT tomará as medidas necessárias.

Sinergia CUT contrata assessoria de Luciano Fazio por um ano



Roberto Claro

Especialista tem pós-graduação "lato sensu" em Previdência e Gestão de Fundos de Pensão pela Fundação Getúlio Vargas – Núcleo de Brasília I

O Sinergia CUT contratou, em janeiro passado e por um ano, a assessoria de Luciano Fazio para tratar de questões referentes aos Comitês Gestores de todas as empresas e, Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo das seguintes fundações:

- ☑ Funcesp (Fundação Cesp)
- ☑ Redeprev (Fundação Rede de Previdência)
- ☑ Enerprev (Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil)
- ☑ Real Grandeza (Fundação de Previdência e Assistência Social).

Quem é Fazio

- Especialista em previdência social, gestão de previdência complementar e estudos sócio-econômicos, com graduação em Matemática pela "Università degli Studi" de Milão.
- Técnico do Dieese de julho de 1995 a dezembro de 2002.
- Ampla experiência em elaboração de estudos e pareceres, desenho e desenvolvimento de atividades de formação (cursos, seminários e palestras), consultoria e negociação coletiva.
- Assessoria à representação de participantes e assistidos no Conselho Nacional de Previdência Complementar.

Publicação de responsabilidade do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas e do Sindicato dos Energéticos do Estado de São Paulo.
Sede: Rua Doutor Quirino, 1511 - Centro - Campinas, SP - CEP: 13015-082. Fones: Campinas (19)3739-4600 / 0800-171611; São Paulo (11) 5571-6175; SindGasista (11) 3313-5299; Bauru (14)3234-8445; Ilha Solteira (18)3742-2828; Presidente Prudente (18) 3903-5035; Ribeirão Preto (16)3626-8676
Rio Claro (19)3524-3712; Baixada Santista (13)3222-6466; São José do R.Preto (17) 3421-2485; Vale do Paraíba (12)3622-4245;
SindLitoral (13)3422-1940; SindPrudente (18)3222-1986; SindLuz Araraquara (16) 3332-2074

Redação e diagramação: Débora Piloni (MTb 25172), Elias Aredes Jr. (MTb 26850), Lílian Parise (MTb 13522) e Nice Bulhões (MTb/MS 74)

Fotografia: Roberto Claro Ilustração: Ubiratan Dantas

E-mail: imprensa@sinergiaspcut.org.br Tiragem: 6.500 exemplares



O que é nosso ninguém tira!

Oficina traça planos para a Campanha Salarial 2016

Oficina envolve as negociações do Sindicato nos próximos oito meses para renovação do Acordo Coletivo com cerca de 60 empresas



Reunidos em Campinas, dirigentes do Sinergia CUT participaram nos dias 18 e 19 de fevereiro da Oficina da Campanha Salarial 2016. Os cenários econômico nacional e do setor energético, as perspectivas do trabalho e o resultado da pesquisa aplicada em toda a base no final do ano passado foram os temas que nortearam as discussões que culminaram na definição do mote e nos eixos prioritários da campanha deste ano. “Teremos uma das mais difíceis Campanhas Salariais dos últimos anos. Mas resistiremos e, com a união de toda a categoria, sairemos vitoriosos”, afirmou o presidente do Sinergia CUT Edmar Feliciano na abertura da Oficina.

Otimismo em meio à crise

Convidado pela direção do Sindicato para falar sobre o cenário econômico, o representante do Dieese Airton do Santos iniciou sua palestra reconhecendo os dilemas enfrentados pelo brasileiro na atualidade: “Estamos com sérios problemas no Brasil. Problema financeiro, político e institucional. Paramos de crescer”, disse.

Segundo ele, as crises de água e de energia colaboraram para dificultar ainda mais a realidade do país. Porém, o técnico vê uma luz para o ano de 2016. “Temos sim inflação, mas ela tende a ser mais baixa que no ano passado. O PIB ainda será negativo, mas será melhor que em 2015. Há possibilidades de retomada de crescimento”, concluiu.

Falando sobre o setor elétrico, o professor Rubens Rosental, do Grupo de Estudos do Setor Elétrico da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Gesel-UFRJ) também ressaltou o momento de crise e de incertezas. “As empresas pensam em riscos. A partir do momento que a Aneel conseguir avançar nas negociações, fazendo com que as empresas voltem a investir, as incertezas diminuirão. Até porque, somos de um setor regulado que tem o equilíbrio econômico financeiro, que garante a lucratividade das empresas”, afirmou.

Já para falar sobre o cenário do setor de gás, o convidado foi o sindicalista Artur Rizzo, vice-presidente do Sindgasista. De acordo com ele, os

trabalhadores terão uma difícil missão neste ano: não permitir que as empresas endureçam a ponto de não repassar para a categoria os seus lucros”, já que, segundo ele, empresas como a Comgás tiveram excelente desempenho em 2015.

Agenda de resistência

Sob “As perspectivas do trabalho no capitalismo contemporâneo, José Dari Krein, professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit/IE/Unicamp), falou sobre a relação entre as características do capitalismo em cada momento histórico e a regulação do trabalho.

Para ele, os sindicatos precisam de uma agenda de resistência no atual cenário brasileiro para buscar garantir os direitos dos trabalhadores. “Ser sindicalista é remar contra a maré; é contestar”, afirmou Krein. “Existe hoje uma pauta de desconstrução de direitos ganhando força no Congresso.” Por isso, segundo ele, o sindicato é fundamental nesse movimento de resistência.

Reestruturação na AES Tietê Energia

No dia 17 de fevereiro foi publicada na imprensa nacional a informação ao mercado de que haveria substituição de vários executivos da AES no Brasil, inclusive do presidente da AES Eletropaulo, AES Tietê Energia e AES Uruguaiana.

Com isso, Britaldo Soares deixa o cargo de Diretor Presidente das Companhias AES Tietê e AES Eletropaulo, para se tornar Presidente do Conselho de Administração das mesmas.

Na presidência da AES Tietê estará Ítalo Freitas, enquanto a Eletropaulo será presidida por Charles Lenzi. O novo presidente da AES Brasil será Julian Nebreda.

O engano

Vale ressaltar que, em muitas matérias publicadas pela mídia nacional a respeito dessa reestruturação, foi divulgada uma informação de que a companhia americana estaria colocando vários ativos à venda, incluindo ativos daqui do Brasil. A notícia foi logo desmentida pela empresa através de um comunicado aos trabalhadores.

E o futuro?

Segundo Britaldo Soares e Julian Ne-



breda em comunicado aos trabalhadores, “a reorganização de nossa estrutura busca o crescimento em geração, a melhoria da qualidade de nossos serviços, recuperar o valor de nossas distribuidoras e ganhar eficiência”.

Já a direção do Sinergia CUT resalta que daqui a dois meses iniciará oficialmente na AES Tietê a Campanha Salarial 2016. “Todos os trabalhadores esperam que a nova direção da empresa não traga nenhuma surpresa. Pelo contrário, amplie o reco-

hecimento e traduza isso em propostas que venham de encontro às reivindicações da categoria”, afirma.

Um passado recente

Vale lembrar que o Sinergia CUT vem, nos últimos dois anos, intensificando o acompanhamento do Acordo Coletivo e do cumprimento da legislação.

Em agosto de 2015, a partir da informação que passaria por um processo de reestruturação, a empresa implementou uma política mais intensa visando cumprir a lei (quanto à NR10, excesso de jornada e precarização das condições de trabalho).

Porém, sem a disposição por parte da Tietê para resolver os problemas já existentes através de um processo negocial, o Sindicato não teve outra alternativa e procurou o Ministério Público e ingressou com ação na Justiça para reverter a situação.

A partir disso, houve um processo de negociação que resultou garantia de emprego para todos trabalhadores.

CURTAS

CS 2016: Quatiara

Na primeira rodada de negociação, realizada no último dia 24, no RJ, a Quatiara garantiu data-base 1º de março e apresentou a proposta de reajuste de 5,9% sobre os salários e benefícios. Os sindicatos repudiaram a postura da empresa por não apresentar sequer a reposição da inflação. A diretoria da Quatiara ficou de verificar a possibilidade de haver nova proposta. Aguarde. O que é nosso ninguém tira!

§

CS 2016: Taesa

A primeira rodada de negociação entre o Sinergia CUT e a Taesa ocorreu no último dia 23. A empresa apresentou a proposta de reajuste pelo índice ainda a ser definido nos salários e de 8% no VA/VR.

Os sindicatos ressaltaram que a empresa, há pelo menos dois anos, não tem levado em consideração a pauta dos trabalhadores. “Queremos discutir reposição da inflação pelo ICV Dieese, aumento diferenciado no VA/VR, pagamento de sobreaviso para eletricitistas de linha e não só para os operadores, entre outros itens”, afirmou a direção do Sinergia CUT.

O presidente da Taesa colocou na mesa as dificuldades que a empresa tem passado e chegou a afirmar que, apesar disso, tem mantido o quadro sem demitir trabalhadores e espera chegar a um bom acordo. Apesar de todo esse discurso, o Sindicato tomou conhecimento de que, no mesmo dia da rodada de negociação (23), a empresa havia feito várias demissões em Assis...

Referente ao ACT 2015 que está em dissídio, o responsável da Taesa entende que a empresa implementou aquilo que constava no orçamento e informou que gostaria de assinar o Acordo, propondo encerrar o ano de 2015 e suspender a mesa redonda na Gerência Regional do Trabalho (GRT). Nova rodada deve ocorrer na segunda quinzena de março. Fique ligado! O que é nosso ninguém tira!

§

Sinergia CUT participa do XXXIII ENTFU

O XXXIII Encontro Nacional dos Trabalhadores de Furnas será realizado nos dias 03, 04 e 05 de março, em Campinas. O encontro tem por objetivo analisar e debater a conjuntura política e econômica brasileira com foco no Setor Elétrico. Além disso, a organização da Campanha Salarial e a aprovação das sugestões de pautas Nacional e Específica, também serão pautas de discussão. O evento será em Campinas.

§

CS 2016 Eletrobras

Convocado pelo Sindinorte, o Sinergia CUT participou da Reunião de Planejamento da Campanha Salarial de data-base Nacional/Específica 2016/2017 e 1ª Reunião Quadrimestral de acompanhamento do ACT 2015/2016 do Grupo Eletrobras. O evento aconteceu em Macapá – AP entre os dias 15 e 19 de fevereiro.

§

Continuaremos na luta

Conforme publicação oficial da AES Tietê Energia, foi eleita para representar os trabalhadores no Conselho de Administração (CA) da AES Tietê Energia a Chapa 1 – Paulo Robin (titular) e João Mauro (suplente), com mandato 2016-2018.

Desmonte tucano

Depois de anos da privatária, Alckmin provoca colapso do setor elétrico em SP

Quase dois anos depois, CESP é multada em mais de R\$ 5,385 milhões. Ao descumprir orientação do ONS, opção da CESP em reduzir a vazão da usina de Jaguari colocou em risco o abastecimento de água de milhões de pessoas no RJ

Depois de anos de privatária e desmonte, o governo Geraldo Alckmin deu o tiro fatal no que restou da CESP ainda sob controle estatal. Na última terça-feira (23), a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) rejeitou o recurso administrativo da empresa e manteve a condenação da geradora por descumprimento dos procedimentos de rede.

Assim, as usinas de Porto Primavera, Jaguari e Paraibuna vão ter que desembolsar muito dinheiro para pagar uma multa milionária decorrente de auto de infração pelo não atendimento da programação de despacho do ONS (Operador Nacional do Sistema) em agosto de 2014. O prejuízo para a população paulista fica em mais de R\$ 5 milhões. O valor exato é de R\$ 5.385.631,76.

Para entender o caso

Tudo começou em 9 de agosto de 2014, dia em que a CESP decidiu reduzir a vazão da usina de Jaguari para 10m³/s, descumprindo orientações da Aneel, do ONS, da ANA (Agência Nacional de Águas) e da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Rio de Janeiro, para manutenção da vazão de 30m³/s.

A explicação da geradora para a redução da vazão foi a necessidade de abastecer a população do município de Santa Isabel, que estaria em situação de escassez de água para consumo humano.

Mas o auto de infração da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração (SFG), datada de 25 de setembro de 2014, desmente o argumento da CESP: impossível abas-



tecer a população de Santa Isabel se não existe a infraestrutura necessária para extração e transporte da água.

Pior: a SFG afirma que a iniciativa da CESP de redução da vazão em Jaguari também colocou em risco o abastecimento de milhões de pessoas de dezenas de municípios do RJ. "Caso não revertida, (a redução) ocasionaria o colapso do sistema hidráulico Paraíba do Sul, esvaziando os reservatórios das usinas de Paraibuna, Santa Branca e Funil antes do final do período seco de 2014, o que traria gravíssimas consequências para a segurança hídrica do estado do

Rio de Janeiro, afetando mais de 12 milhões de pessoas em 17 municípios fluminenses", destacou a SFG.

Conclusão: em concordância com a SFG e a PGE (Procuradoria Geral da Aneel), a Agência entendeu que a CESP fez uma opção arriscada ao descumprir os Procedimentos de Rede e as regras de operação do ONS, obrigação imposta pelo contrato de concessão, "sendo assim obrigatória e legítima a sua autuação". Não cabe mais recurso.

Para lembrar a história

O desmonte do setor elétrico, patrimônio público dos paulistas, começou

em 1996, quando Geraldo Alckmin, então vice governador passou a coordenar também o programa tucano de privatização.

A promessa era investir principalmente em saúde, educação e segurança para a população de SP.

De lá para cá, venderam todas as empresas de distribuição, a única empresa de transmissão e 2/3 das geradoras. "Até hoje ninguém sabe onde foi parar o dinheiro, já que a dívida do estado aumentou, a educação está totalmente desorganizada, a saúde continua doente e a insegurança faz parte da rotina diária dos paulistas", avalia a direção do Sinergia CUT.

SP perde R\$ 10 bi por ano

O prejuízo é agravado pelo rombo de R\$ 10 bilhões por ano, causado pela perda do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) das usinas de Ilha Solteira e Jupia, agora destinado ao estado de Mato Grosso do Sul (MS). Tudo porque o governador de SP, em declaração confronto com o governo federal, não aderiu à renovação dos contratos de concessão das usinas da CESP.

Além de perder a concessão das geradoras, Alckmin também não fez o aditamento necessário para garantir o que restou do setor elétrico paulista nem participou do leilão das duas maiores geradoras de SP. Ao contrário, preferiu entregar o patrimônio público e o lucro da geração aos chineses da CTG Brasil, em tempos de reservatório cheio. Acabou entregando também o ICMS para o MS. São R\$ 10 bi anuais a menos para os cofres do governo de SP. Para sempre.

Em nome do lucro, Aneel aposta no desemprego, precarização do trabalho e queda da qualidade da energia

Agência toma o lado das empresas nas propostas de reagrupamento das distribuidoras e de compartilhamento de recursos humanos no setor elétrico. Trabalhadores exigem preservação de empregos, salários e direitos

Depois de muitos anos de enormes reestruturações - sempre com o objetivo de reduzir postos de trabalho para aumentar lucros - as empresas do setor elétrico contam agora com a cumplicidade da Aneel para atacar os direitos dos trabalhadores e dos consumidores.

Essa é a avaliação dos dirigentes do Sinergia CUT e da Ftuesp diante da recusa da Aneel em discutir com as entidades sindicais duas novas iniciativas que devem impactar empregos, precarizar as condições de trabalho e colocar em risco a qualidade da energia que chega à população.

Compartilhamento de RH

Um dos projetos em discussão desde 2008 trata do Compartilhamento de Recursos Humanos no Setor Elétrico. Apesar da insistência das entidades sindicais em abrir um canal para discutir e acompanhar a nova regulação, a disposição inicial da Aneel em con-

versar com os trabalhadores não passou de promessa.

Em única oportunidade de manifestação, durante reunião pública realizada no início de 2016, os sindicalistas defenderam direitos dos trabalhadores, diante de uma resolução pronta e discutida apenas com os empresários.

Para os sindicalistas, a Resolução Normativa (RN) 669 "cria uma nova figura de trabalhadores e é ilegal, pois contraria a CLT e permite que o contratado por uma empresa preste serviço para várias outras sem quaisquer relações de emprego.

Nada consta sobre as reivindicações das entidades, reforçadas desde o início do debate, em 2008: proibição da terceirização, definição do que pode ou não ser compartilhado, como será o compartilhamento entre empresas de diferentes holdings, como ficam os Acordos Coletivos em vigor e o papel do representante dos trabalhadores

nos Conselhos de Administração.

Ao contrário, a Aneel afirma que "os contratos de compartilhamento de infraestrutura administrativa e de recursos humanos deverão observar o princípio da individualidade de cada delegação de serviço público de energia elétrica, tanto sob a ótica econômica e financeira quanto sob a administrativa e operacional".

Mais: reforça que "o compartilhamento de recursos humanos compete à gestão da empresa". Fica claro que faz o jogo do capital.

Reagrupamento das distribuidoras

Outro assunto polêmico em discussão é o Reagrupamento das Áreas de Concessão de Distribuição. O debate começou em 2015, provocado pela CPFL Energia que pretende reagrupar as CPFLs Santa Cruz, Jaguari, Leste Paulista, Mococa e Sul Paulista.

De novo, durante audiência pública documental, a proposta da Aneel

chegou pronta, sem espaço para o diálogo. A proposta de reagrupamento permitirá ao controlador comum a redução de custos com extinção de empresas e otimização dos processos de trabalho. O processo pode ser feito por fusão, incorporação ou agrupamento das empresas.

"A lógica é a da redução de custos. O controlador, que é a holding, ficará à vontade para reduzir postos de trabalho e aumentar lucros", avalia o Sinergia CUT. "Nada se fala sobre o impacto do reagrupamento nos trabalhadores e nos consumidores".

A bancada dos trabalhadores continua exigindo que a proposta não permita redução de empregos, mais terceirização e precarização. Também reivindica o cumprimento dos ACTs. E defende que a tal eficiência alcançada com o reagrupamento seja revertida em modicidade tarifária, beneficiando os consumidores com tarifas justas.